

## **Retrocesso Anunciado: ascensão da extrema direita e política externa brasileira de direitos humanos**

**Juliana Pinto Lemos da Silva<sup>1</sup>**

### **• Introdução**

A década de 2010 está marcada pela ascensão de um movimento de extrema direita que vem ganhando espaço em diversos sistemas políticos ao redor do mundo, inclusive registrando vitórias eleitorais em diversos países. Não apenas elegendo representantes em câmaras nacionais, mas também colocando figuras autoritárias nos principais cargos políticos de alguns países, a ultradireita nacionalista ganha cada vez mais força graças a líderes como Donald Trump (EUA), Narendra Modi (Índia), Recep Tayyip *Erdoğan* (Turquia), Rodrigo Duterte (Filipinas) e Jair Bolsonaro (Brasil)<sup>2</sup>, que se tornaram os garotos-propaganda desse movimento que hoje pode ser observado a nível global.

Esses governos recém-eleitos possuem características flagrantes em comum, apesar de cada uma ter força distinta em cada país. Narrativas que pregam a intolerância contra minorias, o ultranacionalismo, a xenofobia, o autoritarismo e o fundamentalismo religioso são alguns dos fatores que distinguem esse fenômeno político, que, por ser protagonizado por uma direita radical e autoritária, inevitavelmente desperta memórias do fascismo (TRAVERSO, 2019). Mais do que uma consequência da margem de manobra política propiciada pela mais recente conjuntura de crise do capitalismo, a guinada à direita que é observada em diversos países ameaça de modo direto o modelo de democracia liberal como ele subsiste hoje.

Como consequência, a questão dos direitos humanos ganha destaque nessa conjuntura, visto que esses direitos são “a primeira vítima” em momentos de crises políticas (ALNAJJAR, 2001:188). Ações do governo de Jair Bolsonaro já no seu primeiro semestre, reforçam essa percepção: a primeira medida provisória assinada pelo presidente retirou da política de direitos humanos brasileira todas as ações destinadas à garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e outros grupos LGBTs; a responsabilidade pela Funai, organização que tem a tarefa de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas, passou para o Ministério da Agricultura; foi aprovada a MP180, que permite o monitoramento das atividades de organizações não-governamentais; foram registrados ataques à imprensa e casos de censura; a proposta de

---

1       Doutoranda em ciência política no IESP-UERJ e bolsista FAPERJ. Pesquisadora no Latitude Sul.

2       GOGOI, Pallavi. How The Rise Of The Far Right Threatens Democracy Worldwide. NPR, 21/01/2019. Disponível em <<https://www.npr.org/2019/01/21/687128474/analysis-how-the-rise-of-the-far-right-threatens-democracy-worldwide>>. Acesso em 10/07/2019.

flexibilização da regulação sobre o porte e a posse de armas e da legítima defesa para o uso da força por parte da polícia pode aumentar os casos de homicídios e a violência policial no país; foram tomadas medidas contrárias aos direitos das vítimas dos crimes cometidos pela ditadura militar e das suas famílias (como a tentativa de encerrar as atividades do grupo de trabalho que identificava ossadas em Perus); houve ataques à independência e autonomia do Sistema Interamericano de Direitos Humanos; além da manutenção de uma retórica antidireitos humanos por autoridades de alto nível, incluindo o presidente<sup>3</sup>.

Dentro desse contexto, este trabalho propõe uma análise crítica do perfil de algumas das posições da política externa de direitos humanos do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, o perfil da política externa de direitos humanos de um país seria o “ativismo” daquele Estado. Pesquisas sugerem uma correlação entre esforços domésticos do Estado em relação aos direitos humanos e o ativismo internacional dos governos (MERKE; PAUSELLI, 2013). Logo, pode-se inferir que, se o governo tomou posições antidireitos na sua política doméstica, elas viriam a se refletir na sua política externa de direitos humanos.

Com base nessa premissa, a hipótese desta pesquisa é que, tendo a contingência como uma característica central (CAPOCCIA; KELEMEN, 2007), a conjuntura crítica internacional atual de ascensão da extrema direita permite ações direta e abertamente antidireitos humanos por parte do governo brasileiro em sua política externa. Isto é, a conjuntura crítica permitiu a existência de medidas que iriam contra os direitos humanos tomadas pelo governo brasileiro no âmbito doméstico, que por sua vez, permitem que a narrativa antidireitos seja refletida nas posições do país no âmbito externo.

Na primeira seção, buscarei definir o que é uma conjuntura crítica, justificar porque a ascensão da extrema direita no mundo é uma das conjunturas críticas atuais e porque a eleição de Jair Bolsonaro coloca o Brasil no olho do furacão desta crise. Na segunda seção, buscarei delinear as preferências e prioridades da administração de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira. Na terceira seção, analisarei quatro posições-chave da política externa de Bolsonaro, com o objetivo de investigar a narrativa promovida pelo governo e se esta é, de fato, antidireitos.

---

3 ANISTIA INTERNACIONAL. Discurso da administração de Bolsonaro contra direitos humanos começa a se concretizar em medidas nos primeiros meses de governo. 21/05/2019. Disponível em <<https://anistia.org.br/noticias/discurso-da-administracao-de-bolsonaro-contra-direitos-humanos-comeca-se-concretizar-em-medidas-nos-primeiros-meses-de-governo/>>. Acesso em 10/07/2019. ROLIM, Rivali. Os direitos humanos – Bolsonaro, 100 dias. Diplomatique, 10/04/2019. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/os-direitos-humanos-bolsonaro-100-dias/>>. Acesso em 10/07/2019. GODOY, Marcelo. Bolsonaro encerra grupo de trabalho que identificava ossadas de Perus. UOL, 22/04/2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/04/22/bolsonaro-encerra-grupo-de-trabalho-que-identificava-ossadas-de-peru.htm>>. Acesso em 10/07/2019.

As ações serão: a aproximação do Brasil com Israel e seu alinhamento com o país no Conselho de Direitos Humanos da ONU, a retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração das Nações Unidas, as declarações de Jair Bolsonaro a favor de governos ditatoriais militares da América do Sul e a promoção do veto ao termo “gênero” e aos direitos sexuais nos textos e resoluções da ONU. Estas quatro posições foram escolhidas porque tratam de diferentes subtemas dentro da área dos direitos humanos, além de abordarem a narrativa do Brasil em âmbitos distintos. Por fim, farei uma reflexão sobre as possíveis consequências que posições como as analisadas neste artigo podem ter para a imagem do Brasil no âmbito internacional e como estas podem perdurar por um período significativo, afetando as relações internacionais do país a médio e longo prazo.

- **Pós-Fascismo: uma conjuntura crítica do século XXI**

Para começar a entender se a política externa brasileira foi afetada pela narrativa antidireitos humanos do governo, é preciso entender, primeiro, a ascensão da extrema direita no mundo. Esta seção buscará responder três perguntas: 1) O que é uma conjuntura crítica?; 2) A ascensão da extrema direita pode ser classificada como uma conjuntura crítica?; e 3) De que modo a eleição de um presidente ultradireitista no Brasil se encaixa nessa conjuntura?

A literatura de mudanças políticas sempre se preocupou em estudar conjunturas críticas. No entanto, tanto do ponto de vista conceitual, quanto empírico, espera-se que as análises sobre conjunturas críticas passem gradualmente a ganhar mais destaque, especialmente diante de uma conjuntura global de descongelamento de poder dos EUA e ascensão econômica da China e de outros países antes considerados periféricos. Afinal, o mundo está passando por grandes mudanças, e a mudança é um fator relativamente importante (embora não obrigatoriamente necessário) para tais estudos.

Diversos autores escreveram sobre o conceito de conjuntura crítica. Para Lipset e Rokkan (1967 apud COLLIER; COLLIER, 2002), as conjunturas críticas seriam “divisores de águas”, transições que estabeleceriam certas direções de mudança e excluiriam outras, sendo assim capazes de moldar a política nos anos seguintes. Para Gourevitch (1986), uma crise necessariamente envolve o desafio da abordagem política desenvolvida anteriormente e da sua coalizão de apoio, abrindo o sistema de relacionamentos, tornando a política mais fluida. Segundo Collier e Collier (2002), uma conjuntura crítica pode ser definida como um período de mudança significativa, que tipicamente ocorre de formas distintas em diferentes países (ou outras unidades de análise) e que se supõe que produza legados distintos. Para Mahoney (2002

apud CAPOCCIA; KELEMAN, 2007), conjunturas críticas são períodos de escolha, quando uma opção em particular é adotada entre diversas alternativas, definida por condições históricas anteriores. Segundo Hogan (2006), embora as conjunturas críticas não sejam a única fonte de mudança institucional, elas podem, no entanto, desacreditar instituições e políticas existentes, provocando mudanças. E para Soifer (2012), a característica distinta de uma conjuntura histórica com o potencial de ser crítica é o afrouxamento das restrições da estrutura, que permite que a agência ou a contingência modelem a divergência em relação ao passado.

Segundo Capoccia e Keleman (2007), muitos argumentos do institucionalismo histórico postulam um modelo de conjunturas críticas como breves fases de fluxo institucional onde uma mudança mais dramática seria possível. Esse modelo enfatizaria o impacto duradouro das escolhas feitas durante esses momentos críticos da história, graças ao fechamento de opções alternativas. Enquanto isso, análises macro-históricas frisam que a divergência decorrente das conjunturas críticas é consequência de condições estruturais anteriores a esta conjuntura, e não decorrente de ações e decisões tomadas durante a mesma. Os autores fornecem sua própria definição de conjuntura crítica: “períodos de tempo relativamente curtos, durante os quais há uma probabilidade substancialmente elevada de que as escolhas dos agentes afetem o resultado de interesse” (CAPOCCIA; KELEMAN, 2007:348). Esta é a definição de conjuntura crítica utilizada por este trabalho.

Dito isto, é preciso localizar a ascensão da extrema direita a nível no global no espectro das conjunturas críticas atuais. Para entender melhor esse momento histórico de ressurgimento da direita autoritária nos sistemas políticos ao redor do mundo, chamarei, a partir de agora, tal fenômeno de pós-fascismo. Este conceito, como pontuado por Traverso (2019), entende que, apesar das diferenças entre o fascismo observado no século XX e o fenômeno atual de renascença da ultradireita, é inegável que existe uma sequência histórica entre os dois momentos. Segundo o autor, não se pode ignorar o ventre fascista do qual emergiram os movimentos pós-fascistas, na medida em que essas são suas raízes históricas, mas também se deve considerar suas metamorfoses. Esses movimentos se transformaram e se movem em uma direção cujo resultado permanece imprevisível.

Considerando esta questão, pode-se inferir que a imprevisibilidade do movimento pós-fascista reforça o seu diagnóstico como pilar de uma conjuntura crítica, uma vez que a contingência, é uma das características centrais das mesmas (CAPOCCIA; KELEMAN, 2007). Para além disso, a ameaça que o pós-fascismo faz ao modelo liberal de democracia que hoje é o dominante no sistema internacional poderia iniciar processos de mudanças profundas nos sistemas

políticos a nível global, mudanças essas que se desenrolariam de modos diretamente dependentes de tal trajetória (*path dependent processes*) e que já revelariam as consequências do pós-fascismo a curto prazo. Algumas das possíveis consequências seria a consolidação da “pós-verdade” como método político, o aumento ainda maior da desconfiança do público em relação as instituições (o que se deve a multiplicação de ações autoritárias por parte dos governos, como a “captura de árbitros<sup>4</sup>”, por exemplo), políticas de controle de fronteira cada vez mais restritivas e o crescimento do número de ataques contra grupos minoritários (SUITER, 2016; HAFEZ, 2019; WILLIAMS, 2018). Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), a erosão da democracia acontece de maneira gradativa, muitas vezes em pequenos passos, que não aparentam de fato ameaçá-la. Muitos dos métodos utilizados pelos governos pós-fascistas se enquadram nessa descrição.

E como o Brasil de Jair Bolsonaro se encaixa na conjuntura crítica do pós-fascismo? Em primeiro lugar, deve-se considerar alguns fatores: foi a primeira vez que um militar ocupou o principal cargo do Executivo desde o fim da ditadura no país, a eleição de Bolsonaro quebrou a hegemonia PT-PSDB que existia na conjuntura política brasileira nos últimos vinte anos, e, apesar de algumas das características de um regime pós-fascistas terem ganhado espaço no Brasil durante o governo de Michel Temer (2016-2018), como a construção da esquerda como inimigo, foi com a eleição de Bolsonaro que foram intensificadas e apropriadas oficialmente pela narrativa do governo (GOLDSTEIN, 2019).

Dito isto, é preciso delimitar quais características de governos pós-fascistas podem ser observadas na administração de Jair Bolsonaro. A direita pós-fascista é diversa, e não se pode montar um modelo que englobe todos os movimentos que fazem parte dela. Mesmo os partidos ou lideranças que chegaram ao cargo mais alto de alguns países diferem em estratégias e prioridades presentes na sua narrativa, de modo que seria possível apenas tratar de características mais comuns à agenda desse movimento (CARTER, 2017).

Wodak (2015) oferece uma visão mais geral sobre os partidos da extrema direita populista que emergiram na última década, reconhecendo suas diferenças, dando duas características comuns à agenda deste movimento: 1) a instrumentalização de minorias étnicas/religiosas/linguísticas/políticas como bodes expiatórios, razão para todos os problemas atuais, e interpretação de um respectivo grupo como perigoso e uma ameaça (política do medo)

---

4 Levitsky e Ziblatt (2018) classificam a “captura de árbitros” como a cooptação dos árbitros do jogo democrático pelo governo, proporcionando ao governante uma blindagem contra questionamentos constitucionais e uma arma poderosa e “legal” com a qual atacar seus oponentes, reescrevendo a regras do jogo em seu benefício.

e 2) endosso do que pode ser reconhecido como a “arrogância da ignorância”, que seriam apelos ao senso comum e ao antiintelectualismo.

Mesmo antes da sua eleição, Bolsonaro já usava a estigmatização de minorias como um método político. Declarações ao longo da sua carreira política iniciaram controvérsias por serem consideradas machistas, racistas e homofóbicas, com o então deputado inclusive afirmando: “Sou preconceituoso, com muito orgulho”<sup>5</sup>. Já como presidente, deu entrevistas e declarações que expõe a continuação desse comportamento<sup>6</sup>. No entanto, embora minorias de raça, orientação sexual e gênero sejam constantes alvos do presidente do Brasil, foi uma minoria política a eleita pela coalizão pós-fascista como o bode expiatório responsável pelos problemas do país e a sua grande ameaça: a esquerda política, especialmente o Partido dos Trabalhadores. Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), alguns demagogos eleitos não assumem seus cargos com um plano de autocracia, indicando que a ruptura democrática não precisa de um plano. Para os autores, o processo muitas vezes começa com palavras, com os demagogos atacando seus críticos com termos ásperos e provocativos – como inimigos, subversivos e, até mesmo, terroristas. Assim sendo, se o público passar a compartilhar a opinião de que os oponentes do governo são ligados ao terrorismo e a outras características interpretadas como negativas, torna-se muito mais fácil para tal governo justificar possíveis ações a serem empreendidas contra esta oposição.

De acordo com a coalizão governista, e com o próprio presidente, os partidos e a militância de esquerda seriam a raiz dos males que assolam o Brasil. Tentativas de associar a esquerda com temas e posições repugnantes são estratégias do governo, como quando o ministro de Relações Exteriores afirmou que o nazismo seria de esquerda (e o presidente concordou)<sup>7</sup>, ou quando Bolsonaro associou a promoção da sexualização infantil a esta parte do espectro político<sup>8</sup>. Críticas ao Partido dos Trabalhadores e ao ex-presidente Lula da Silva são constantes por parte

---

5 POMPEU, Ana. As frases polêmicas de Jair Bolsonaro. Congresso em Foco, 05/08/2017. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 11/07/2019.

6 RODRIGUES, Cris. Lista: 46 polêmicas e controvérsias do governo Bolsonaro no mês de abril. Brasil de Fato, 30/04/2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/lista-46-polemicas-e-controversias-do-governo-bolsonaro-no-mes-de-abril/>>. Acesso em 11/07/2019.

7 EXAME. “Não há dúvida de que nazismo foi movimento de esquerda”, diz Bolsonaro. 02/04/2019. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/nao-ha-duvida-de-que-nazismo-foi-movimento-de-esquerda-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 11/07/2019.

8 CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaro diz que a esquerda o apoiaria se ele defendesse sexualização. 05/07/2019. Disponível em <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/05/interna\\_politica,768500/bolsonaro-sou-atacado-pela-esquerda-por-defender-trabalho-infantil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/05/interna_politica,768500/bolsonaro-sou-atacado-pela-esquerda-por-defender-trabalho-infantil.shtml)>. Acesso em 11/07/2019.

do presidente e de membros da sua coalizão<sup>9</sup>, que, de modo geral, culpam o PT pela crise econômica e pela corrupção política, além de serem usadas como argumentos contra as críticas recebidas pelo governo bolsonarista, uma estratégia conhecida como *whataboutism*, que também é usada por outros líderes pós-fascistas<sup>10</sup>. Nesse sentido, a esquerda seria uma ameaça, porque agiria constantemente contra o Brasil, a “família tradicional” e os valores cristãos (GOLDSTEIN, 2019; GONÇALVES, MARINS, 2018).

Colocar a esquerda como bode expiatório ajuda a entender também como o governo Bolsonaro se encaixa na segunda característica dada por Wodak (2015) para os movimentos políticos de ultradireita: o antiintelectualismo. Bolsonaro já afirmou em diversas ocasiões que as universidades públicas brasileiras foram tomadas por partidos de esquerda e criticou a autonomia “demasiada” dessas instituições. Seu ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que a “balbúrdia” era promovida por campi por todo o Brasil. Cortes na educação foram anunciados, o que reduziu os orçamentos para pesquisa, e o presidente interferiu diretamente na nomeação de reitores em algumas universidades<sup>11</sup>. Todas essas ações fazem parte de um esforço do governo Bolsonaro para desqualificar e desmoralizar as universidades públicas e os pesquisadores que fazem parte dela, além de ilustrar uma clara estratégia de desmonte desses espaços.

Uma vez que a conjuntura crítica de ascensão da direita pós-fascista no mundo foi exposta, e o governo de Jair Bolsonaro foi classificado como um exemplo desse movimento, podemos seguir para o âmbito da política externa bolsonarista, delimitando suas prioridades e preferências, para então, finalmente analisarmos as posições da sua política externa de direitos humanos.

- **Política Externa Brasileira bolsonarista: a ideologia na frente da diplomacia**

---

9 GODOY, Marcelo. Presidente ao vivo: veja os assuntos mais tratados nas lives de Bolsonaro. Estadão, 06/07/2019. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,da-pesca-a-previdencia-veja-os-assuntos-mais-tratados-nas-lives-de-bolsonaro,70002908737>>. Acesso em 11/07/2019.

10 FALLON, Claire. What Is 'Whataboutism,' And Why Is It Suddenly Everywhere?. Huffington Post, 15/08/2017. Disponível em <[https://www.huffpostbrasil.com/entry/what-is-whataboutism\\_n\\_59932909e4b00914164043a4](https://www.huffpostbrasil.com/entry/what-is-whataboutism_n_59932909e4b00914164043a4)>. Acesso em 11/07/2019.

11 FOLHA DE SÃO PAULO. 'Coisas absurdas têm acontecido dado a autonomia das universidades', diz Bolsonaro. 11/07/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/coisas-absurdas-tem-acontecido-dado-a-autonomia-das-universidades-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 11/07/2019. BASILIO, Ana Luiza. Bolsonaro interfere na nomeação de reitores em três universidades. Carta Capital, 19/06/2019. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-interfere-na-nomeacao-de-reitores-em-tres-universidades/>>. Acesso em 11/07/2019.

Para entender as posições da política externa brasileira de direitos humanos na era Bolsonaro, é preciso, primeiramente, explorar as preferências e prioridades da política externa bolsonarista como um todo.

A política externa é reflexo da *politics*, segundo Milani e Pinheiro (2013:24), e portanto, sua formulação faz parte da “dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política”. É necessário, desse modo, reconhecer que a política externa, como qualquer outra política pública, é permeável às nunces e imposições colocadas pelo jogo político.

Dito isto, é preciso entender que a política externa bolsonarista é altamente influenciada pelas preferências da coalizão que levou o presidente ao poder, ao ponto de ser uma das suas características definidoras. Logo após sua eleição, Jair Bolsonaro afirmou que seu governo seguiria critérios técnicos para a nomeação dos cargos ministeriais. Especialmente na política externa, Bolsonaro insistiu que era preciso colocar em prática uma diplomacia sem viés ideológico. Apesar do discurso, as ações do seu governo até então delineiam um perfil que vai de encontro a esta narrativa.

Nas Relações Exteriores, o presidente nomeou um diplomata considerado “novato” para o cargo de ministro, sendo acusado de quebra de hierarquia por alguns membros do Itamaraty (LEÃO, 2018). Ernesto Araújo, enquanto diplomata, ainda durante o período eleitoral, criou um blog onde abertamente fez campanha para Bolsonaro. Na página, Araújo criticava a esquerda, chamava o PT de Partido Terrorista e dizia que lutar contra um governo petista seria “lutar contra o mal”. Mesmo sem nunca ter chefiado uma embaixada no exterior ou ter tido algum cargo relevante na sua carreira diplomática, Araújo conseguiu a nomeação do presidente<sup>12</sup>. Desse modo, apesar de Ernesto Araújo ser um diplomata de carreira, pode-se especular que a sua nomeação como ministro de Relações Exteriores do Brasil dificilmente foi decidida com base apenas em critérios técnicos<sup>13</sup>.

As declarações de Araújo tampouco demonstram que o ministro exerce seu cargo de acordo com princípios técnicos, uma vez que já afirmou que os valores cristãos devem voltar ao centro de como o Brasil vê o mundo, citou passagens bíblicas em discursos, critica constantemente o

---

12 PARAGUASSU, Lisandra. Diplomatas reagem mal à indicação de Araújo ao Itamaraty e apontam quebra de hierarquia. Reuters, 14/11/2018. Disponível em <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1NJ379-OBRTP>>. Acesso em 12/07/2019.

13 Recentemente, Bolsonaro indicou seu filho, Eduardo Bolsonaro, para o cargo de embaixador nos EUA, outra decisão que foge dos supostos critérios técnicos. Até o final da redação deste artigo, não havia uma confirmação oficial de que Eduardo Bolsonaro assumiria o cargo.



que chama de “globalismo” na política externa brasileira, afirmou que nos foros multilaterais, o Brasil defenderá o “direito de nascer”, afirmou que não houve um golpe militar no país em 1964 e que torcia pelo Brexit e pelo êxito dos candidatos ultranacionalistas de direita nas eleições do Parlamento Europeu<sup>14</sup>. Essas declarações são exemplos de como está explícito que a política externa brasileira do governo Bolsonaro não cumpriu com a sua promessa de ser “não-ideológica”.

Do ponto de vista do conteúdo da política externa, desde antes do início do governo, a equipe de Bolsonaro indicava “a formulação de quadros conceituais que não condizem com a tradição diplomática brasileira” ou não “parecem oferecer condições de coexistência para a circulação de ideias de outros atores políticos” (LEÃO, 2018:33). Consolidou-se assim um quadro de dúvidas quanto às posições da PEB, contingência essa que mostra apenas algumas certezas: 1) o alinhamento automático com os EUA, 2) a aproximação inédita com Israel e com governos e líderes considerados parte da onda pós-fascista, como Viktor Orbán da Hungria – um dos primeiros a se reunir com o presidente após tomar posse - e Matteo Salvini da Itália, 3) o afastamento do multilateralismo e 4) o relaxamento das relações com países do Sul.

O alinhamento com EUA não apenas é automático no que tange decisões estratégicas, é também ideológico, como pode ser observado na convergência de pensamento entre os principais formuladores da política externa brasileira e o presidente estadunidense, Donald Trump (LEÃO, 2018). Ações como a cessão do uso da base de Alcântara aos EUA, a liberação de vistos para cidadãos estadunidenses sem reciprocidade, o desejo (não concretizado) de transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel-Aviv para Jerusalém, assim como fez Donald Trump, explicitam este alinhamento automático e ideológico. O presidente do Brasil, inclusive, comemorou a independência dos EUA na embaixada do país norte-americano em Brasília, num gesto considerado incomum<sup>15</sup>.

---

14 COLETTA, Ricardo Della. Chanceler Ernesto Araújo diz que não houve golpe no Brasil em 1964. Folha de São Paulo, 27/03/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/chanceler-ernesto-araujo-diz-que-nao-houve-golpe-no-brasil-em-1964.shtml>>. Acesso em 12/07/2019. VILELA, Pedro Rafael. Ernesto Araújo critica globalismo na política externa do Brasil. Agência Brasil, 02/01/2019. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/ernesto-araujo-critica-globalismo-na-politica-externa-do-brasil>>. Acesso em 12/07/2019. VALOR ECONÔMICO. Valor cristão deve ser o centro da visão de mundo, diz Araújo ao FT. 25/06/2019. Disponível em <<https://www.valor.com.br/brasil/6319189/valor-cristao-deve-ser-o-centro-da-visao-de-mundo-diz-araujo-ao-ft>>. Acesso em 12/07/2019. STUENKEL, Oliver. Como a Política Externa caótica de Bolsonaro preocupa o resto da América do Sul. Época, 25/06/2019. Disponível em <<https://epoca.globo.com/artigo-como-politica-externa-caotica-de-bolsonaro-preocupa-resto-da-america-do-sul-23761853>>. Acesso em 12/07/2019.

15 O GLOBO. Bolsonaro celebra Independência dos EUA e posa de 'astronauta'. 04/07/2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-celebra-independencia-dos-eua-posa-de-astronauta-23783012>>. Acesso em 12/07/2019.

Tal alinhamento com o governo estadunidense preocupa especialistas, o que gerou críticas intensas de atores domésticos de posições distintas no espectro político. Samuel Pinheiro Guimarães, que foi Secretário Geral do Itamaraty e ministro de Assuntos Estratégicos durante o governo do Partido dos Trabalhadores, afirmou que o governo Bolsonaro colocou em prática uma política externa ideológica e subserviente, “que procura atender antecipadamente e, sem qualquer reciprocidade, às reivindicações históricas dos EUA”. Rubens Ricupero, que foi embaixador do Brasil nos EUA e ministro nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, afirmou que “comprar a agenda internacional dos EUA é uma das iniciativas mais despropositadas e contrárias ao interesse nacional que se pode imaginar”. Roberto Abdenur, que também foi embaixador nos EUA e deixou o Itamaraty por discordar da política externa petista, afirmou que teme “que Bolsonaro acabe se colocando numa postura subalterna” em relação a Trump<sup>16</sup>.

Desse modo, mesmo como garoto-propaganda da ultradireita, Jair Bolsonaro não se encaixaria propriamente na narrativa de restauração da soberania nacional e protecionismo que é comum ao pós-fascismo, o que seria uma divergência entre o líder brasileiro e o fenômeno global da direita autoritária. Apesar do discurso do “Brasil acima de tudo” que, inclusive, foi seu *slogan* de campanha, as ações do governo brasileiro em relação aos EUA mostram que há um limite bem claro para o nacionalismo de Jair Bolsonaro: os interesses do governo de Donald Trump. Não há apenas preocupações com a questão ideológica e com a imagem internacional do Brasil em termos de independência da política externa. O alinhamento automático com os EUA poderia ser prejudicial às relações internacionais brasileiras também de forma prática. Ao se aproximar de Israel, também em função dos interesses dos EUA e não dos interesses nacionais do país, e abandonar uma posição conciliadora sobre a questão Palestina, Bolsonaro coloca em risco a boa relação do Brasil com países do Oriente Médio e a relação comercial intensa que o país tem com a Liga Árabe. Em 2016, o Brasil exportava mais de US\$12.127.610.000 para países da Liga Árabe, enquanto para Israel foram US\$425.000.000<sup>17</sup>. O perigo de uma

---

16 PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Artigo | A Política Externa Brasileira, por Samuel Pinheiro Guimarães. Brasil de Fato, 11/04/2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/artigo-or-a-politica-externa-brasileira-por-samuel-pinheiro-guimaraes/>>. Acesso em 12/07/2019. FACHIN, Patricia; AZEVEDO, Wagner Fernandes. Rubens Ricupero: “Comprar’ a agenda internacional dos EUA é uma das iniciativas mais despropositadas e contrárias ao interesse nacional que se pode imaginar”. Carta Maior, 08/04/2019. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Rubens-Ricupero-Comprar-a-agenda-internacional-dos-EUA-e-uma-das-iniciativas-mais-despropositadas-e-contrarias-ao-interesse-nacional-que-se-pode-imaginar-/4/43815>>. Acesso em 12/07/2019. SCHREIBER, Marina. ‘Temo que Bolsonaro acabe se colocando numa postura subalterna ao Trump’, diz ex-embaixador nos EUA. BBC, 19/03/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47622734>>. Acesso em 12/07/2019.

17 Coleção Neaape. A ser publicado.

retaliação comercial por causa do alinhamento com EUA e, conseqüentemente, com Israel, é real para o comércio exterior brasileiro.

As relações com os outros países da América do Sul também podem ser prejudicadas pelas escolhas da política externa brasileira durante a gestão bolsonarista. Antes mesmo de assumir seu cargo de ministro da Economia, Paulo Guedes afirmou que o Mercosul não seria prioridade para o governo porque até então, o Brasil tinha ficado “prisioneiro de alianças ideológicas”. A questão é que o Mercosul responde por 25% das exportações brasileiras, portanto, o bloco deveria ser um parceiro especial para o país (LEÃO, 2018). Para além disso, o Brasil oficializou a sua saída da Unasul em abril de 2019, consolidando o enfraquecimento um dos instrumentos multilaterais mais importantes para o país na última década, e reiterando o apoio aos EUA ao aderir ao ProSul, grupo de governos de direita sul-americanos que é apoiado por Donald Trump. No âmbito bilateral, também foram registradas algumas tensões. Quando em visita ao presidente argentino Mauricio Macri, Bolsonaro alertou o povo argentino sobre os “perigos” do retorno ao poder da ex-presidente Cristina Kirchner nas eleições de outubro. Caso o kirchnerismo retorne de fato, Bolsonaro já criou um desconforto com o próximo governo argentino, atitude que pode afetar negativamente a relação bilateral mais importante do Brasil na América do Sul. Um outro exemplo dos desconfortos desnecessários criados pelo governo Bolsonaro com os vizinhos foi o reconhecimento, por parte do presidente, de uma enviada da oposição venezuelana como embaixadora no Brasil. Apenas alguns dias antes, Bolsonaro havia recusado fazê-lo. A mudança aumentou as preocupações de governos da região quanto a previsibilidade da política externa brasileira<sup>18</sup>.

Após esse breve panorama do que são as prioridades da política externa brasileira no governo Bolsonaro, pode-se avançar para uma análise da política externa de direitos humanos da gestão.

- **Política Externa Brasileira de Direitos Humanos na era Bolsonaro: retrocessos e autoritarismo**

Os direitos humanos, como mencionados anteriormente, são os primeiros a sofrerem em momentos de crises políticas. Logo, analisar as ações da política externa de direitos humanos pode ser importante para reconhecer os primeiros sinais da investida pós-fascista no Brasil e seus impactos para as relações internacionais do país. Esta seção pretende abordar quatro ações da política externa brasileira para analisar se esta é, de fato, uma política externa antidireitos.

---

18 STUENKEL, Oliver. Como a Política Externa caótica de Bolsonaro preocupa o resto da América do Sul. *Época*, 25/06/2019. Disponível em <<https://epoca.globo.com/artigo-como-politica-externa-caotica-de-bolsonaro-preocupa-resto-da-america-do-sul-23761853>>. Acesso em 12/07/2019.

As ações a serem analisadas são: 1) o alinhamento a Israel; 2) a saída do Brasil do Pacto Global para Migração da ONU; 3) as demonstrações de aprovação e celebração de ditaduras do Cone Sul, como as de Pinochet no Chile e de Strossner no Paraguai e 4) a orientação dada pelo governo a representantes do Brasil na ONU para vetar o termo “gênero” em resoluções.

*- O alinhamento com Israel*

A aproximação do governo de Jair Bolsonaro com Tel Aviv, como já foi destacado, tem relação direta com o desejo da administração de manter uma relação de alinhamento automático com os EUA de Donald Trump. Bolsonaro também é declaradamente aliado de Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelense. Esta aliança levou o presidente a romper com a tradição diplomática brasileira em relação ao conflito Israel-Palestina em diversas ocasiões, além de ter sido o centro de polêmicas e situações constrangedoras para a política externa brasileira da administração.

Exemplos de ambos podem ser encontrados na primeira viagem que Jair Bolsonaro fez a Israel, no final de março de 2019. Quebrando a tradição diplomática, Bolsonaro foi ao Muro das Lamentações, local sagrado que é um dos focos da disputa Israel-Palestina. Também durante sua passagem pelo país, Bolsonaro afirmou que o nazismo era de esquerda enquanto estava em uma visita ao Yad Vashem, o museu mundial de memória do Holocausto. O episódio foi considerado uma gafe, uma vez que, de acordo com o site do próprio museu, o Partido Nazista teve origem em grupos radicais de direita, posição que também é oficializada pelo governo alemão e confirmada por historiadores e organizações da sociedade civil.

Durante a campanha eleitoral, Bolsonaro anunciou a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém, decisão análoga a tomada por Donald Trump em dezembro de 2017, e que foi seguida apenas pela Guatemala. No entanto, a promessa do então candidato criou uma tensão diplomática entre o Brasil e os países árabes, gerando um desconforto que poderia levar a embargos e sobretaxas a exportações brasileiras. Bolsonaro, então, recuou e anunciou a criação de um “escritório de negócios” em Jerusalém. Netanyahu saudou a iniciativa, mas reiterou que gostaria que este fosse “o primeiro passo para a abertura da embaixada brasileira” na cidade. Para além das possíveis consequências negativas nas relações com os países árabes, é importante reforçar que a decisão de reconhecer Jerusalém como capital de Israel colocaria o Brasil num campo isolado como um todo, uma vez que a comunidade

internacional é contra esta mudança sem que haja um acordo de paz firmado com os palestinos<sup>19</sup>.

Dentro desse contexto, a decisão brasileira em relação a Israel que mais afeta a sua política externa de direitos humanos foi o seu voto a favor do país em reunião recente do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra. Desde a criação do Conselho, em 2006, 29 resoluções contra Israel foram votadas e em todas o governo brasileiro deu voto favorável à condenação. Durante o governo Bolsonaro, pela primeira vez, a diplomacia brasileira se colocou contra uma resolução que propunha a condenação de Israel. As medidas que foram colocadas a voto tinham em vista condenar o governo israelense por violações cometidas durante conflitos em Gaza em 2018 (organizações internacionais concluíram que soldados israelenses mataram pelo menos 189 manifestantes palestinos desarmados) e na ocupação das Colinas de Golã (sírios foram presos em complexos israelenses). O Brasil se absteve sobre a questão da expansão dos assentamentos israelenses em territórios ocupados (Tel Aviv pretende instalar 1,6 mil novos assentamentos). Os governos dos EUA e da Hungria também votaram contra a resolução, apesar dos documentos apresentados reportarem que as violações podem constituir crimes contra a humanidade<sup>20</sup>.

Assim, apesar de o Brasil apoiar a solução da crise humanitária na Venezuela, por exemplo, e de apontar as violações cometidas pelo governo de Nicolás Maduro, sua posição em relação as violações de Israel e a crise humanitária na região mostram uma política de “dois pesos, duas medidas” (*double standard*) que propõe convivência com aliados e incriminação de governos considerados inimigos, e não de preocupação com os direitos humanos. Mais do que isso, o abandono de uma política de mediação de conflitos por uma que apoia aberta e oficialmente um país violador ilustra um projeto antidireitos para a política externa brasileira que encontra suas raízes em motivações ideológicas da ultradireita conservadora representada por Bolsonaro.

#### - A saída do Pacto Global pela Migração da ONU

---

19 BBC BRASIL. Bolsonaro em Israel: O que aconteceu de mais importante na visita do presidente até agora? 02/04/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47740929>>. Acesso em 23/07/2019.

20 OPERA MUNDI. Brasil vota pela primeira vez contra Palestina em Conselho de Direitos Humanos da ONU. 22/03/2019. Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/55411/brasil-vota-pela-primeira-vez-contr-palestina-em-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>>. Acesso em 23/07/2019. ESTADÃO. Na ONU, Brasil apoia Israel em questões referentes ao Golan. 22/03/2019. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,na-onu-brasil-apoia-israel-em-questoes-referentes-ao-golan,70002764713>>. Acesso 23/07/2019.

A saída do Brasil do Pacto Global para Migração da ONU foi anunciada em janeiro de 2019, um mês após o país ter aderido ao tratado, ainda durante o governo de Michel Temer (2016-2018). Ernesto Araújo enviou um telegrama diplomático onde afirmava que o Brasil não participaria de qualquer atividade relacionada ao pacto ou à sua implantação. O documento foi firmado com o objetivo de reforçar o desejo da comunidade internacional em prol da cooperação para que os processos de imigração fossem seguros e para eliminar a discriminação aos imigrantes. Logo após a assinatura do acordo, o então indicado do presidente eleito para o cargo de ministro de Relações Exteriores confirmou que o governo brasileiro deixaria o pacto assim que Bolsonaro assumisse. Mais de dois terços dos países-membros da ONU assinaram o documento, com EUA, Israel, Itália e Hungria (todos países onde o pós-fascismo também vem ganhando espaço) liderando a lista dos que não assinaram.

A decisão do governo Bolsonaro está alinhada com a narrativa pós-fascista que tem a xenofobia como um dos seus pilares. Pode-se inferir isso a partir das declarações dadas pelo presidente, que afirmou que quem vier para o Brasil deve estar sujeito às leis, regras, costumes e cultura daqui. Para além disso, Bolsonaro declarou que “não é qualquer um que entra em nossa casa, nem será qualquer um que entrará no Brasil via pacto adotado por terceiros.” Há uma narrativa propagada pelas correntes de extrema-direita e replicada pelo governo brasileiro de que fazer parte do pacto da ONU implicaria em, necessariamente, abrir mão da soberania do país.

A saída do pacto por parte do governo foi criticada por especialistas e diplomatas, que acreditam que a decisão pode prejudicar o Brasil, que tem cerca de 3,4 milhões de cidadãos vivendo no exterior (número muito superior aos 750 mil estrangeiros que vivem no Brasil), dos quais muitos se encontram em situação irregular. Para além disso, o pacto não implica em qualquer obrigação jurídica para o país, pois não é vinculativo, apenas reforça um compromisso normativo. A saída pode, também, colocar o Brasil numa posição isolada na comunidade internacional e prejudicar a imagem política do país. Desse modo, não existiria uma razão prática para que o governo optasse pela saída, inclusive, esta poderia ser prejudicial. Logo, conclui-se que há um desejo de reforçar uma narrativa xenofóbica de extrema-direita, que se traveste de nacionalista, e pode prejudicar diretamente a proteção dos direitos humanos de brasileiros e estrangeiros<sup>21</sup>.

---

21 RITTNER, Daniel. Governo Bolsonaro deixará Pacto Global para Migração da ONU. Valor Econômico, 08/01/2019. Disponível em <<https://www.valor.com.br/politica/6055703/governo-bolsonaro-deixara-pacto-global-para-migracao-da-onu>>. Acesso em 25/07/2019. MELO, Débora. O que Bolsonaro não entendeu sobre o Pacto para Migração da ONU antes de deixá-lo. Huffington Post Brasil, 10/01/2019. Disponível em <[https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-pacto-migracao-brasil\\_br\\_5c3666dee4b045f676888f58](https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-pacto-migracao-brasil_br_5c3666dee4b045f676888f58)>. Acesso em 25/07/2019.

*- As homenagens e elogios a ditadores sul-americanos*

Nos últimos anos, o Brasil registrou a existência de um movimento que promove comemorações do golpe militar. Em 2018, houve uma marcha na Avenida Paulista, em São Paulo, que pediu, inclusive, o seu retorno. Jair Bolsonaro, ainda como deputado, já tinha dado declarações onde negava as atrocidades e crimes cometidos pelo regime militar brasileiro. Durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, Bolsonaro notoriamente homenageou Brilhante Ustra, o militar responsável pela tortura de Rousseff durante a ditadura brasileira. No dia 25 de março de 2019, já como presidente, Bolsonaro determinou que o Ministério da Defesa fizesse “as comemorações devidas” pelo aniversário do golpe<sup>22</sup>. Mesmo com um histórico de declarações que apoiaram o governo militar no Brasil e suas atrocidades, Bolsonaro causou choque aos vizinhos da América do Sul ao homenagear e elogiar os ditadores Alfredo Stroessner, do Paraguai e Augusto Pinochet, do Chile.

A primeira destas homenagens aconteceu em fevereiro de 2019, quando Jair Bolsonaro foi até a fronteira Brasil-Paraguai para a cerimônia que anunciaria a posse do novo diretor da hidrelétrica de Itaipu. Durante o seu discurso, Bolsonaro fez elogios a Alfredo Stroessner, ditador militar que comandou o Paraguai entre 1954 e 1989, no que consistiu na mais longa ditadura da América do Sul. Como outros líderes da América do Sul durante os governos militares, Stroessner coleciona crimes contra a humanidade, sendo acusado de torturas, desaparecimentos, prisões arbitrárias e exílios forçados. Além de comandar a repressão política, Stroessner estimulou o contrabando no Paraguai, e usou seu poder para enriquecer. Em 2016, o Departamento de Memória Histórica e Reparação do Paraguai revelou que Stroessner também foi acusado de patrocinar um esquema de exploração sexual de crianças, e que seu regime raptava meninas de 10 a 15 anos para servi-lo. Na ocasião da posse do novo diretor de Itaipu, Bolsonaro chamou Stroessner de um “estadista com visão”. Mario Abdo Benítez, presidente do Paraguai recém-eleito que tentou durante toda a sua campanha não ser relacionado a Stroessner (seu pai foi secretário particular do ditador), ficou desconfortável, pois evita fazer referências públicas ao general. O presidente do Paraguai, no entanto, afirmou que respeita a opinião do presidente do Brasil e não apresentaria nenhuma queixa formal pela homenagem. Bolsonaro também aproveitou a ocasião para homenagear ditadores brasileiros, como Castelo Branco, que afirmou ter sido “eleito” e João Figueiredo, que chamou de “saudoso e querido”. A Comissão de Direitos Humanos do Parlamento do

---

22 PINTO, Juliana. Para que nunca mais aconteça: memória e direitos humanos na Argentina e no Brasil. Boletim Neaape, v.03 n.01 - abr. 2019, p.12-19.

Mercosul (Parlasul) aprovou por unanimidade uma declaração protocolada por um deputado paraguaio, e condenou Jair Bolsonaro por elogiar Alfredo Stroessner<sup>23</sup>.

O segundo caso aconteceu cerca de um mês depois, em março de 2019. Jair Bolsonaro já havia feito elogios ao ditador chileno Augusto Pinochet durante a sua vida política como deputado, chegou a afirmar em entrevistas que o ex-ditador “fez o que tinha que ser feito” ou que “devia ter matado mais gente”. Pinochet liderou o golpe de estado que deu início a ditadura chilena, que torturou cerca de 40 mil pessoas. O general também teve contas mantidas secretamente em bancos no exterior que somavam cerca de US\$15 milhões e foi alvo de 300 processos judiciais no fim da vida, além de colecionar acusações de corrupção e de enriquecimento com a venda de cocaína produzida em instalações do Exército.

Por conta dos seus elogios a Pinochet, a visita de Jair Bolsonaro ao Chile no início do ano foi conturbada. A oposição chilena, que tem maioria no Congresso, e diversas entidades de direitos humanos rejeitaram a visita, com líderes da oposição inclusive negando o convite de Sebastián Piñera, presidente do Chile, a um almoço com o presidente brasileiro. Jaime Quintana, presidente do Senado chileno, disse que defensores de ditadores não eram bem-vindos no país<sup>24</sup>. Declarações saudosas em relação às ditaduras sul-americanas podem afetar o Brasil de duas formas. A primeira, de modo mais direto, diz respeito às relações bilaterais com os países cujos ditadores foram homenageados, uma vez que seus líderes, seja por receio de uma repressão internacional, comoção doméstica, ou por respeito à democracia e aos direitos humanos, podem ficar incertos quanto a uma aproximação com o Brasil. De modo mais geral, tais pronunciamentos de Bolsonaro prejudicam a imagem do Brasil já a curto prazo, por passarem a ideia de que o país está disposto a não apenas ser condescendente com algumas ditaduras, como até mesmo apoiá-las abertamente. Isso traz a discussão novamente para o âmbito do *double standard* praticado pela gestão, que não poupa críticas a governo como o de Nicolás Maduro na Venezuela ou ao cubano, que são declaradamente de esquerda, enquanto pública e constantemente reforça seu apreço por governos autoritários de direita.

---

23 JORNAL DO BRASIL. Em Itaipu, Bolsonaro homenageia Stroessner e presidentes militares brasileiros. 26/02/2019. Disponível em <<https://www.jb.com.br/pais/2019/02/984692-em-itaipu--bolsonaro-homenageia-stroessner-e-presidentes-militares-brasileiros.html>>. Acesso em 27/07/2019. EFE. Governo paraguaio “respeita” homenagem de Bolsonaro a ditador. Exame, 28/02/2019. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/governo-paraguaio-respeita-homenagem-de-bolsonaro-a-ditador/>>. Acesso em 27/07/2019. FRANCO, Bernardo Mello. Elogios de Bolsonaro a Stroessner rebaixam o Brasil. O Globo, 28/02/2019. Disponível em <<https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/elogios-de-bolsonaro-stroessner-rebaixam-o-brasil.html>>. Acesso em 27/07/2019. UOL. Comissão do Parlasul condena Bolsonaro por elogios a ditador paraguaio. 16/07/2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/07/16/comissao-do-parlasul-condena-bolsonaro-por-elogios-a-ditador-paraguaio.htm>>. Acesso em 27/07/2019.

24 CARMO, Marcia. Bolsonaro no Chile: como visita de presidente do Brasil está dividindo país. BBC, 22/03/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47660500>>. Acesso em 27/07/2019.



No âmbito dos direitos humanos, ao homenagear ditadores que sequestraram, prenderam, torturaram e assassinaram milhares de pessoas, Bolsonaro demonstra enorme falta de empatia com as famílias das vítimas das ditaduras militares no Cone Sul, além de desdenhar do respeito aos direitos humanos ao justificar tais atrocidades.

*- O veto ao termo “gênero” em resoluções da ONU*

Desde o início do mandato de Bolsonaro, o vocabulário da política externa brasileira também vem ganhando contornos que condizem com as prioridades e preferências ideológicas do governo. Com base numa estratégia de reverter o “marxismo cultural” que supostamente permeava esta política pública até então, Ernesto Araújo vem liderando um movimento intra-Itamaraty que visa dar instruções específicas aos diplomatas sobre quais palavras promover ou ainda, quais deveriam ser reprimidas, em discussões e negociações multilaterais internacionais. Nesse sentido, logo no início de julho de 2019, foi noticiada uma das maiores mudanças até então no vocabulário da política externa brasileira bolsonarista: o Brasil, surpreendendo delegações na ONU, defendeu que o termo “gênero” fosse abolido dos textos das resoluções da instituição. Segundo o Itamaraty, “gênero” deveria ser substituído pela frase “igualdade entre homens e mulheres”. A razão para esta mudança seria que a política externa brasileira quer reivindicar que o sexo biológico é o que será considerado pelo país nas negociações internacionais, e não a sua construção social.

A mudança já pôde ser observada, por exemplo, no texto-base da candidatura do Brasil a um mandato no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, que é uma amostra explícita de como, mais uma vez, a posição brasileira no âmbito internacional está permeada por orientações ideológicas de base religiosa e conservadora. O documento não menciona, em nenhum momento, a palavra “gênero”, mesmo no tópico sobre promoção dos direitos das mulheres. O governo brasileiro também decidiu vetar o termo “direitos sexuais e reprodutivos”, subtrair as referências a promoção dos direitos LGBTs e não mencionar o combate à tortura em sua candidatura. Para além disso, dentre as prioridades listadas na candidatura brasileira, o governo citou o “fortalecimento dos vínculos familiares”. Bolsonaro, inclusive, declarou que a pauta do Brasil no Conselho da ONU é “baseada no fortalecimento das estruturas familiares a exclusão das menções de gênero”. Família, segundo o governo, seria aquela formada a partir da união de um homem e uma mulher.

A explicação oficial para a mudança no vocabulário da política externa brasileira nos ambientes multilaterais que debatem os direitos humanos deve-se ao fato de que o governo entendeu que

algumas expressões e termos são “ambíguos”, e precisam ser esclarecidos. No entanto, é importante reforçar, no caso do termo “gênero”, por exemplo, que a palavra é explicitamente usada hoje em mais de 200 documentos internacionais oficiais. Especialistas apontam para um retrocesso em termos de direitos humanos na política externa brasileira, e o Conselho Nacional de Direitos Humanos não endossou o documento entregue à ONU que firma a candidatura do país<sup>25</sup>.

A intenção do governo de Jair Bolsonaro, de modo geral, é clara: seria preciso delimitar direitos e não expandi-los. Assim, menções aos direitos das mulheres e das populações LGBTs seriam limitadas por vocabulários explicitamente restritivos e exclusivos, que dariam respaldo a declarações e posições conservadoras, e que, por sua vez, construiriam uma política externa de direitos humanos antidireitos das minorias. A motivação, como já foi demonstrada por este trabalho, nada tem a ver com preocupações práticas ou estratégicas para a política externa brasileira, e pode até mesmo prejudicar a imagem do Brasil no âmbito internacional. De fato, existe uma vontade política de agradar os setores conservadores e ultradireitistas domésticos que formam a base do governo, notadamente os evangélicos, adotando uma linguagem que está dominada por preceitos ideológicos, sejam da religião cristã, sejam dos tópicos tipicamente defendidos pelo pós-fascismo.

Após esta breve análise destas quatro posições-chave do governo de Jair Bolsonaro, pode-se inferir que, em subtemas distintos e em diversos âmbitos, a política externa brasileira da gestão caracteriza-se não apenas como antidireitos, mas também fortemente influenciada por ideias pós-fascistas e delimitada por preferências ideológicas mais do que por preocupações estratégicas ou pelo pragmatismo.

- **Conclusão**

O sistema internacional contemporâneo está marcado por uma conjuntura crítica caracterizada pela ascensão de governos e lideranças consideradas pós-fascistas. Conjunturas críticas são imprevisíveis, e, apesar de serem períodos relativamente curtos, suas consequências podem ter potencial para impactarem o sistema a longo prazo. O movimento pós-fascista, apesar de

---

25 GRAVIA, Geovanna. Sem menção a gênero e a tortura, Brasil apresenta documento de candidatura a conselho da ONU. G1, 11/07/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/11/sem-mencao-a-genero-e-a-tortura-brasil-apresenta-documento-de-candidatura-a-conselho-da-onu.ghtml>>. Acesso em 29/07/2019. CHADE, Jamil. O Brasil ao lado das ditaduras mais cruéis do mundo. El País, 20/07/2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/18/opinion/1563485645\\_650175.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/18/opinion/1563485645_650175.html)>. Acesso em 29/07/2019. CHADE, Jamil. Novo dicionário do Itamaraty. UOL, 10/07/2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/novo-dicionario-do-itamaraty/#opinioo-ultima-mudanca-tao-dramatica-aconteceu-pos-1964>>. Acesso em 29/07/2019.

distinguir-se do fascismo tradicional, apresenta elementos em comum com seu antecessor que ganhou força no período entre guerras, como xenofobia e ultranacionalismo, e vem ganhando força em diversas regiões do globo.

No Brasil, Jair Bolsonaro foi eleito graças a um discurso pós-fascista que demoniza a esquerda, enfraquece as instituições democráticas, aproveita-se das narrativas de pós-verdade e rejeita as lutas pelo respeito e promoção dos direitos das minorias. Sua política externa não desviou deste caminho até então. Nomeações feitas com base em critérios não técnicos, e posições que não demonstram terem sido tomadas de modo estratégico, indicam que a política externa bolsonarista está permeada de ideais pós-fascistas de nuances conservadoras. Como consequência, sua política externa de direitos humanos tem tomado decisões não pragmáticas e extremamente polêmicas, que podem trazer consequências economicamente prejudiciais para o Brasil, isolar o país no âmbito multilateral e, mais do que isso, levar a uma desconfiança generalizada da comunidade internacional em torno de como o país atuará internacionalmente. Essas consequências, apesar de já poderem ser observadas a curto prazo, podem perdurar por um período significativo.

Por fim, para além das consequências econômicas possíveis, é preciso mencionar que o Brasil está se direcionando para uma narrativa antidireitos que prejudica a imagem do país internacionalmente, podendo afetar alianças estratégicas e acordos de cooperação, mas principalmente, que rotula o Brasil como um país antidemocrático e que pouco se preocupa com a promoção dos direitos humanos, domesticamente ou no mundo.

- **Bibliografia**

ALNAJJAR, Ghanim. Human Rights in a Crisis Situation: The Case of Kuwait after Occupation. *Human Rights Quarterly*, Vol. 23, No. 1 (Feb., 2001), pp.188-209.

ANISTIA INTERNACIONAL. Discurso da administração de Bolsonaro contra direitos humanos começa a se concretizar em medidas nos primeiros meses de governo. 21/05/2019. Disponível em <<https://anistia.org.br/noticias/discorso-da-administracao-de-bolsonaro-contra-direitos-humanos-comeca-se-concretizar-em-medidas-nos-primeiros-meses-de-governo/>>.

Acesso em 10/07/2019.

BASILIO, Ana Luiza. Bolsonaro interfere na nomeação de reitores em três universidades. *Carta Capital*, 19/06/2019. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/bolsonaro-interfere-na-nomeacao-de-reitores-em-tres-universidades/>>. Acesso em 11/07/2019.

BBC BRASIL. Bolsonaro em Israel: O que aconteceu de mais importante na visita do presidente até agora? 02/04/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47740929>>. Acesso em 23/07/2019.

CAPOCCIA, Giovanni; KELEMEN, R. Daniel. The Study of Critical Junctures: Theory, Narrative, and Counterfactuals in Historical Institutionalism. *World Politics*, Vol. 59, No. 3 (Apr., 2007), pp.341-369.

CARMO, Marcia. Bolsonaro no Chile: como visita de presidente do Brasil está dividindo país. BBC, 22/03/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47660500>>. Acesso em 27/07/2019.

CARTER, Elisabeth. Party Ideology. In: MUDDE, Cas. *The Populist Radical Right: A Reader*. Routledge, 2017, pp.57-108.

CHADE, Jamil. O Brasil ao lado das ditaduras mais cruéis do mundo. *El País*, 20/07/2019. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/18/opinion/1563485645\\_650175.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/18/opinion/1563485645_650175.html)>. Acesso em 29/07/2019.

\_\_\_\_\_. Novo dicionário do Itamaraty. UOL, 10/07/2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/novo-dicionario-do-itamaraty/#opinio-ultima-mudanca-tao-dramatica-aconteceu-pos-1964>>. Acesso em 29/07/2019.

COLEÇÃO NEAAPE. Relações Brasil-Liga Árabe. Coleção Neaape IV, no prelo.

COLETTA, Ricardo Della. Chanceler Ernesto Araújo diz que não houve golpe no Brasil em 1964. Folha de São Paulo, 27/03/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/chanceler-ernesto-araujo-diz-que-nao-houve-golpe-no-brasil-em-1964.shtml>>. Acesso em 12/07/2019.

COLLIER, Ruth Barins; COLLIER, David. *Shaping the political arena: critical junctures, the Labor Movement and regime dynamics in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame, 2002.

CORREIO BRAZILIENSE. Bolsonaro diz que a esquerda o apoiaria se ele defendesse sexualização. 05/07/2019. Disponível em <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/05/interna\\_politica,768500/bolsonaro-sou-atacado-pela-esquerda-por-defender-trabalho-infantil.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/05/interna_politica,768500/bolsonaro-sou-atacado-pela-esquerda-por-defender-trabalho-infantil.shtml)>. Acesso em 11/07/2019.

EFE. Governo paraguaio “respeita” homenagem de Bolsonaro a ditador. Exame, 28/02/2019. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/governo-paraguaio-respeita-homenagem-de-bolsonaro-a-ditador/>>. Acesso em 27/07/2019.

ESTADÃO. Na ONU, Brasil apoia Israel em questões referentes ao Golan. 22/03/2019. Disponível em <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,na-onu-brasil-apoia-israel-em-questoes-referentes-ao-golan,70002764713>>. Acesso 23/07/2019.

EXAME. “Não há dúvida de que nazismo foi movimento de esquerda”, diz Bolsonaro. 02/04/2019. Disponível em <<https://exame.abril.com.br/brasil/nao-ha-duvida-de-que-nazismo-foi-movimento-de-esquerda-diz-bolsonaro/>>. Acesso em 11/07/2019.

FACHIN, Patricia; AZEVEDO, Wagner Fernandes. Rubens Ricupero: "'Comprar' a agenda internacional dos EUA é uma das iniciativas mais despropositadas e contrárias ao interesse nacional que se pode imaginar". Carta Maior, 08/04/2019. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Rubens-Ricupero-Comprar-a-agenda-internacional-dos-EUA-e-uma-das-iniciativas-mais-despropositadas-e-contrarias-ao-interesse-nacional-que-se-pode-imaginar-/4/43815>>. Acesso em 12/07/2019.

FALLON, Claire. What Is 'Whataboutism,' And Why Is It Suddenly Everywhere?. Huffington Post, 15/08/2017. Disponível em <[https://www.huffpostbrasil.com/entry/what-is-whataboutism\\_n\\_59932909e4b00914164043a4](https://www.huffpostbrasil.com/entry/what-is-whataboutism_n_59932909e4b00914164043a4)>. Acesso em 11/07/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. 'Coisas absurdas têm acontecido dado a autonomia das universidades', diz Bolsonaro. 11/07/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/coisas-absurdas-tem-acontecido-dado-a-autonomia-das-universidades-diz-bolsonaro.shtml>>. Acesso em 11/07/2019.

FRANCO, Bernardo Mello. Elogios de Bolsonaro a Stroessner rebaixam o Brasil. O Globo, 28/02/2019. Disponível em <<https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/elogios-de-bolsonaro-stroessner-rebaixam-o-brasil.html>>. Acesso em 27/07/2019.

GODOY, Marcelo. Bolsonaro encerra grupo de trabalho que identificava ossadas de Perus. UOL, 22/04/2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/04/22/bolsonaro-encerra-grupo-de-trabalho-que-identificava-ossadas-de-peru.htm>>. Acesso em 10/07/2019.

\_\_\_\_\_. Presidente ao vivo: veja os assuntos mais tratados nas lives de Bolsonaro. Estadão, 06/07/2019. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,da-pesca-a-previdencia-veja-os-assuntos-mais-tratados-nas-lives-de-bolsonaro,70002908737>>. Acesso em 11/07/2019.

- GOGOI, Pallavi. How The Rise Of The Far Right Threatens Democracy Worldwide. NPR, 21/01/2019. Disponível em <<https://www.npr.org/2019/01/21/687128474/analysis-how-the-rise-of-the-far-right-threatens-democracy-worldwide>>. Acesso em 10/07/2019.
- GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. The New Far-Right in Brazil and the Construction of a Right-Wing Order. LATIN AMERICAN PERSPECTIVES, 2019, p.1–18.
- GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro; MARINS, Carolina Mendes. Que tipo de liderança nos espera? Análise dos traços de liderança do futuro presidente Jair Bolsonaro. Boletim Neaape, v.02 n.03 - dez. 2018, pp.6-17.
- GOUREVITCH, Peter. Politics in Hard Times: Comparative Responses to International Economic Crises. Cornell University Press, 1986.
- GRAVIA, Geovanna. Sem menção a gênero e a tortura, Brasil apresenta documento de candidatura a conselho da ONU. G1, 11/07/2019. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/11/sem-mencao-a-genero-e-a-tortura-brasil-apresenta-documento-de-candidatura-a-conselho-da-onu.ghtml>>. Acesso em 29/07/2019.
- HAFEZ, Kai. The staging trap: Right-wing politics as a challenge for journalism. Journalism, 2019, Vol. 20(1) , pp.24–26.
- HOGAN, John. Remoulding the Critical Junctures Approach. Canadian Journal of Political Science, 39:3, September 2006, p.657–679.
- JORNAL DO BRASIL. Em Itaipu, Bolsonaro homenageia Stroessner e presidentes militares brasileiros. 26/02/2019. Disponível em <<https://www.jb.com.br/pais/2019/02/984692-em-itaipu--bolsonaro-homenageia-stroessner-e-presidentes-militares-brasileiros.html>>. Acesso em 27/07/2019.
- LEÃO, André. Os rumos da diplomacia brasileira sob o governo Bolsonaro: “nova” política externa? Boletim Neaape, v.02 n.03 - dez. 2018, pp.27-37.
- LEVISTSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Como as Democracias Morrem. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- MELO, Débora. O que Bolsonaro não entendeu sobre o Pacto para Migração da ONU antes de deixá-lo. Huffington Post Brasil, 10/01/2019. Disponível em <[https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-pacto-migracao-brasil\\_br\\_5c3666dee4b045f676888f58](https://www.huffpostbrasil.com/entry/bolsonaro-pacto-migracao-brasil_br_5c3666dee4b045f676888f58)>. Acesso em 25/07/2019.
- MERKE, Federico; PAUSELLI, Gino. Foreign Policy and Human Rights Advocacy: An Exercise in Measurement and Explanation. Hum Rights Review, N.14, 2013, p.131–155.

MILANI, Carlos R.S; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, vol.35, nº1, p.11-41, 2013.

O GLOBO. Bolsonaro celebra Independência dos EUA e posa de 'astronauta'. 04/07/2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-celebra-independencia-dos-eua-posa-de-astronauta-23783012>>. Acesso em 12/07/2019.

OPERA MUNDI. Brasil vota pela primeira vez contra Palestina em Conselho de Direitos Humanos da ONU. 22/03/2019. Disponível em <<https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/55411/brasil-vota-pela-primeira-vez-contrapalestina-em-conselho-de-direitos-humanos-da-onu>>. Acesso em 23/07/2019.

PARAGUASSU, Lisandra. Diplomatas reagem mal à indicação de Araújo ao Itamaraty e apontam quebra de hierarquia. Reuters, 14/11/2018. Disponível em <<https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN1NJ379-OBRTTP>>. Acesso em 12/07/2019.

PINHEIRO GUIMARÃES, Samuel. Artigo | A Política Externa Brasileira, por Samuel Pinheiro Guimarães. Brasil de Fato, 11/04/2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/artigo-or-a-politica-externa-brasileira-por-samuel-pinheiro-guimaraes/>>. Acesso em 12/07/2019.

PINTO, Juliana. Para que nunca mais aconteça: memória e direitos humanos na Argentina e no Brasil. Boletim Neaape, v.03 n.01 - abr. 2019, p.12-19.

POMPEU, Ana. As frases polêmicas de Jair Bolsonaro. Congresso em Foco, 05/08/2017. Disponível em <<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em 11/07/2019.

RITTNER, Daniel. Governo Bolsonaro deixará Pacto Global para Migração da ONU. Valor Econômico, 08/01/2019. Disponível em <<https://www.valor.com.br/politica/6055703/governo-bolsonaro-deixara-pacto-global-para-migracao-da-onu>>. Acesso em 25/07/2019.

RODRIGUES, Cris. Lista: 46 polêmicas e controvérsias do governo Bolsonaro no mês de abril. Brasil de Fato, 30/04/2019. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/30/lista-46-polemicas-e-controversias-do-governo-bolsonaro-no-mes-de-abril/>>. Acesso em 11/07/2019.

ROLIM, Rivali. Os direitos humanos – Bolsonaro, 100 dias. Diplomatique, 10/04/2019. Disponível em <<https://diplomatique.org.br/os-direitos-humanos-bolsonaro-100-dias/>>. Acesso em 10/07/2019.

SCHREIBER, Marina. 'Temo que Bolsonaro acabe se colocando numa postura subalterna ao Trump', diz ex-embaixador nos EUA. BBC, 19/03/2019. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47622734>>. Acesso em 12/07/2019.

SOIFER, Hillel David. The Causal Logic of Critical Junctures. *Comparative Political Studies* 45(12), 2012, p.1572–1597.

STUENKEL, Oliver. Como a Política Externa caótica de Bolsonaro preocupa o resto da América do Sul. *Época*, 25/06/2019. Disponível em <<https://epoca.globo.com/artigo-como-politica-externa-caotica-de-bolsonaro-preocupa-resto-da-america-do-sul-23761853>>. Acesso em 12/07/2019.

SUITER, Jane. Post-truth Politics. *Political Insight*, December 2016, p.25-27.

TRAVERSO, Enzo. *The New Faces of Fascism: Populism and the Far Right*. Verso, 2019.

UOL. Comissão do Parlasul condena Bolsonaro por elogios a ditador paraguaio. 16/07/2019. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/07/16/comissao-do-parlasul-condena-bolsonaro-por-elogios-a-ditador-paraguaio.htm>>. Acesso em 27/07/2019.

VALOR ECONÔMICO. Valor cristão deve ser o centro da visão de mundo, diz Araújo ao FT. 25/06/2019. Disponível em <<https://www.valor.com.br/brasil/6319189/valor-cristao-deve-ser-o-centro-da-visao-de-mundo-diz-araujo-ao-ft>>. Acesso em 12/07/2019.

VILELA, Pedro Rafael. Ernesto Araújo critica globalismo na política externa do Brasil. Agência Brasil, 02/01/2019. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-01/ernesto-araujo-critica-globalismo-na-politica-externa-do-brasil>>. Acesso em 12/07/2019.

WILLIAMS, Michelle Hale. *The Political Impact of the Radical Right*. Oxford University Press, 2018.

WODAK, Ruth. *The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean*. Sage Publications, 2015.